RESUMO
A participação da família no processo de aprendizagem da criança com necessidades educacionais especiais é um fator crucial para o desenvolvimento e sucesso acadêmico dessas crianças. A estimulação no lar e a interação dos pais com a criança são fundamentais para criar um ambiente de apoio e incentivo, permitindo que a criança se sinta segura e motivada para aprender. Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo principal compreender e apontar qual papel a família exerce no processo de aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais, bem como contextualizar o problema da educação inclusiva. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangente, buscando apoio nas teorias de aprendizagem e considerando as mudanças históricas na estrutura e dinâmica familiar ao longo do tempo. Os resultados obtidos revelam que, apesar da importância da participação da família, os pais estão frequentemente ausentes da vida escolar de seus filhos com necessidades educacionais especiais, o que pode afetar negativamente o processo de inclusão. Além disso, a análise dos dados mostrou que a presença da família não é o único fator determinante do sucesso acadêmico, pois nem todos os filhos de pais presentes têm bom desempenho escolar. A maioria desses alunos enfrenta situações familiares conturbadas, desinformadas ou escolas desestruturadas, o que pode agravar as dificuldades de aprendizagem e comprometer o processo de inclusão. Esses resultados destacam a necessidade de uma abordagem mais ampla e integrada para abordar a educação inclusiva, envolvendo não apenas a família, mas também a escola e a comunidade. Em conclusão, esta pesquisa destaca a importância da participação da família no processo de aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais e aponta para a necessidade de uma abordagem mais colaborativa e integrada para garantir o sucesso da educação inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: família, aprendizagem, inclusão, escola.

ABSTRACT
The participation of the family in the learning process of children with special educational needs is a crucial factor for the development and academic success of these children. Home stimulation and parental interaction with the child are fundamental to creating a supportive and encouraging environment, allowing the child to feel safe and motivated to learn. In this context, this research aims to understand and identify the role that the family plays in the learning process of children with special educational needs, as well as to contextualize the problem of inclusive education. To achieve this objective, a comprehensive bibliographic research was conducted, seeking support in learning theories and considering the historical changes in family structure and dynamics over time. The results obtained reveal that, despite the importance of family participation, parents are often absent from the school life of their children with special educational needs, which can negatively affect the inclusion process. Furthermore, the data analysis showed that the presence of the family is not the only determining factor for academic success, as not all children of present parents have good school performance. Most of these students face troubled family situations, lack of information, or unstructured schools, which can aggravate learning difficulties and compromise the inclusion process. These results highlight the need for a broader and more integrated approach to address inclusive education, involving not only the family, but also the school and the community. In conclusion, this research emphasizes the importance of family participation in the learning process of children with special educational needs and points to the need for a more collaborative and integrated approach to ensure the success of inclusive education.

KEY WORDS: family, learning, inclusion, school.

INTRODUÇÃO

As temáticas sobre família têm ganhado cada vez mais espaço na sociedade atual, tornando-se uma preocupação central em diversos ambientes de organização social. Alguns, como as igrejas e instituições religiosas, abordam essa questão por tradição, enquanto outros, como empresas, o fazem de forma mais espontânea. No entanto, é na escola que essa questão deve ser priorizada, pois a educação e a família são temas inseparáveis e simbióticos na sociedade brasileira, ocidental e pós-moderna. Não é possível discutir a família sem considerar a educação, assim como não faz sentido abordar a educação sem levar em conta as questões familiares. Dessa forma, a escola desempenha um papel fundamental na interação com as questões familiares, tornando-se um espaço essencial para a discussão e o fortalecimento dos laços familiares.

Este estudo visa investigar o papel dos pais em conjunto com a educação de crianças com necessidades educacionais especiais, num contexto em que as políticas públicas brasileiras têm adotado uma abordagem inclusiva, visando integrar pessoas com deficiência em escolas regulares de ensino. Nesse sentido, é fundamental ir além da mera transmissão de informações básicas sobre como lidar com essas crianças em sala de aula. É necessário desenvolver procedimentos pedagógicos eficazes e estratégias para lidar com os desafios comportamentais frequentemente presentes, a fim de garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Abordaremos as questões do processo de estimulação inicial que são extremamente importantes para o desenvolvimento da criança com tais necessidades, explicitando experiências que permitam seu desenvolvimento, respeitando seus limites e explorando suas habilidades. Será apresentado neste trabalho justamente a questão da educação da criança com necessidades especiais, o processo de inclusão da mesma na rede regular de ensino, enfatizando se este é eficaz ou não, e a importância dos pais para o sucesso deste processo. Percebem-se as dificuldades de aprendizagem apresentadas por essas crianças na sala de aula, é possível notar o quanto a família tem colaborado para este tão drástico resultado, pois a presença da família neste processo é tão importante quanto a da escola. O interesse por este assunto surgiu a partir da descoberta de inúmeros casos de pais e familiares inexperientes e alheios a real necessidade de seus filhos especiais, esta descoberta somente foi possível devido à vivência com este público e a partir de leituras e pesquisas será proposta uma apresentação de um conhecimento mais amplo sobre estas crianças, por ser este conhecimento de extrema importância para familiares e professores que poderão estimular adequadamente a criança lhe proporcionando um grande desenvolvimento. Pretende-se também evidenciar técnicas inovadoras nesta educação que facilitarão os procedimentos frente à criança.

Utilizamos para esta pesquisa um método bibliográfico, em que foram analisados estudos sobre o tema realizados por outros autores, bem como observações feitas em escolas, da relação direta dos profissionais com estes alunos e dos familiares com a escola e profissionais de um modo geral.

Para melhor apresentação deste tema, o trabalho está dividido em partes. Na primeira, será descrito um breve histórico da família e sua constituição no decorrer do tempo, visto que nem sempre a família teve a formação e importância que tem hoje, será relatada também a relação entre a família e a educação. Na segunda parte abordaremos os conceitos de educação especial, descrevendo a Política Nacional de Educação Especial. Por fim citaremos a questão propriamente dita da educação especial e educação inclusiva, contextualizando o problema.

BREVE HISTÓRICO DA FAMÍLIA

A família não se constituiu sempre da maneira como a conhecemos hoje. Ela teve outras formas e configurações que foram se modificando com o tempo. Entretanto, não é uma tarefa fácil determinar as especificações familiares nos primórdios da humanidade.

Conforme Gervoni (2009), a família pode ser classificada de duas formas: nuclear e estendida. Por família nuclear se entende o núcleo da família, formada geralmente pelo pai, mãe e filhos. Um casal sem filhos ou uma família na qual esteja ausente o pai

ou a mãe também podem ser chamados de família nuclear. A classificação família estendida se refere à família em geral, também chamada de parentela, formada pelos avós, tios, primos. É um conjunto de núcleos familiares ligados entre si por parentesco direto e indireto, salienta o autor. Segundo ele, podemos também utilizar a classificação "família interna", para designar o núcleo familiar, e "família externa" para indicar a família estendida. O autor enfatiza ainda que,

A família, tanto a nuclear quanto a estendida, é um sistema. Por sistema entendemos um conjunto com vários elementos interligados e interagindo entre si. Numa visão sistêmica de família, concluímos que sempre que um dos elementos do sistema (pai, mãe, filho, irmão) é afetado todos os demais elementos sofrem a influência daquela ocorrência. Ou seja, o sistema como um todo é afetado quando se afeta um dos seus componentes. As ocorrências sistêmicas se dão tanto direta como indiretamente e também positiva ou negativamente, interligadas e cruzadas entre si. Assim, um fato ou ocorrência pode ter quatro resultados: afeto direto-positivo, afeto direto-negativo, afeto indireto-positivo e afeto indireto-negativo (GERVONI, 2009, p. 12).

O antropólogo Jack Goody (2008) salienta que "não se conhece praticamente nenhuma sociedade na história do gênero humano em que a família elementar (nuclear) não tenha desempenhado um papel importante, na imensa maioria dos casos, como grupo residente no mesmo domicílio.
É comum ouvirmos comentários queixosos sobre a forma como pais e filhos se relacionam atualmente. Geralmente as críticas partem dos mais velhos, reclamando que, quando crianças, não lidavam com os pais ou outros adultos como fazem as crianças de hoje. Realmente, essa forma de relacionamento sofreu grandes alterações nas últimas décadas, devido aos diversos fatores que, como já foi dito interinfluenciam o ambiente sociofamiliar. Antigamente, bastava um olhar severo dos pais para que os filhos se sentissem repreendidos e baixassem a cabeça em sinal de obediência. Hoje, as crianças, desde pequenas, são mais questionadoras, argumentadoras e reivindicadoras, assumindo um papel mais de sujeito que de objeto de sua interação familiar. (GERVONI, 2009).
É importante compreendermos como isso foi mudando através da história da família, desde as épocas mais distantes até o momento atual. Da Idade Média até meados do século XIX, as famílias não cuidavam diretamente de seus filhos. A criança ocidental não era esse sujeito social como conhecemos hoje. Santos e Chaves relatam que:

Não havia lugar para a infância no mundo medieval. A imagem da infância não fazia sentido para os adultos, provavelmente por se tratar de um período de transição, que passava rápido e logo era esquecido. Foi a partir do século XVII que se desenvolveu a noção de infância como período de fragilidade, debilidade e inocência (origem do surgimento moderno), o que passou a ensejar cuidados e preocupações preventivas, quanto às companhias, leituras, linguagem, visando preservar a criança da sujeira da vida, e especialmente da sexualidade tolerada, quando não aprovada, entre os adultos (2007, p. 87).

Em virtude de se menosprezar a importância das crianças nessa época, conseqüências terríveis aconteciam devido ao quadro, tais como o alto índice de mortalidade infantil. Alguns outros fatores contribuíam para o aumento desse índice: muitas mães, mesmo as das classes mais privilegiadas economicamente, enviavam seus bebês de até dois anos de idade para serem amamentados pelas chamadas amas-de-leite. Se isso ocorria com a elite, é de se imaginar como eram tratadas as crianças mais pobres.
Os bebês das casas de caridade eram deixados sozinhos por longas horas, realidade esta que lhes causava danos não somente físicos, mas emocionais. Aos sete anos, os meninos eram levados para viverem com outras famílias, onde aprendiam ofícios, afirma Gervoni (2009).
No início do século XVIII, crianças de até 12 anos trabalhavam nas fazendas da Europa por seis horas diárias e as maiores de 12 anos tinham jornada diária que variava entre 12 e 14 horas. Até a Revolução Industrial,

o homem era o responsável pelo trabalho, que exigia força física para a sua realização. O surgimento das máquinas tornou a mão-de-obra menos pesada, possibilitando sua prática pela mulher e pela criança, nas chamadas "meias forças". A principal razão para isso é que os salários das mulheres e crianças era um terço da remuneração oferecida aos chefes de família. Assim, a socialização da criança não era oferecida pela família e sim por estranhos, interessados meramente nas vantagens econômicas advindas da exploração infantil (GERVONI, 2009).
No Brasil, durante os dois primeiros séculos de colonização, o abandono de crianças era algo comum. Segundo Krieger,

Até meado do século XIX, o atendimento a crianças pequenas no Brasil praticamente não existia. A maior parte da população brasileira, nesse período, concentrava-se na zona rural. Nessa época, as famílias de fazendeiros assumiam a responsabilidade e a criação das crianças órfãs ou abandonadas. Essas crianças eram fruto de relacionamentos extraconjugais dos fazendeiros e da exploração sexual das mulheres negras e índias. Na zona urbana, os recém-nascidos, normalmente filhos indesejados de moças de famílias abastadas, eram colocadas nas rodas de expostos que funcionaram até meados do século XX nas Santas Casas de Misericórdia do Rio de Janeiro e de São Paulo. As crianças recebidas eram criadas geralmente até os 3 anos de idade por mulheres chamadas amas-de-leite. As amas eram, na sua maioria, mulheres pobres, com pouca ou nenhuma instrução e que recebiam pagamento para o cumprimento dessa tarefa (2008, p.15).

Diversos eram os motivos do abandono das crianças. Conforme Krieger (2008), as mulheres brancas da alta classe, na condição de mães solteiras, eram obrigadas a abandonar seus filhos para não serem estigmatizadas moralmente.
O cenário começa a mudar no final do século XIX, quando a criança passa a ser mais valorizada e amparada. Surgiu o movimento de educação na Europa e depois alcançou o Brasil, contribuindo para que, além de proteção, a criança tivesse educação. Esse movimento foi influenciado pelas ideias de Johann Heinrich Pestalozzi e Jean–Jacques Rousseau, resultando em escolas infantis. No final do século XVIII surgiu a Escola do Tricô, que aceitava crianças a partir de 2 anos. No início do século XIX, surgiu a organização de escolas infantis e uma creche para os filhos das famílias que trabalhavam em moinho. No final do século XIX foi criou-se, na Alemanha, o jardim-de-infância, planejado para o uso lúdico de materiais educativos para manipulação. Mais tarde, no início do século XX, foi organizada na Inglaterra a escola maternal, cuja filosofia básica era a maternagem, ou seja, lidava com a totalidade da criança, contemplando seus aspectos sociais, físicos, intelectuais e emocionais. Dá-se ênfase nos cuidados infantis por meio da atenção, higiene e vacinação contra a varíola, esterilização de alimentos e pasteurização do leite.
Essas medidas contribuíram para a redução da mortalidade infantil entre o final do século XIX e o início do século XX, até por volta da década de 1930. A partir disto, há uma concentração em torno da criança, do seu bem-estar físico e emocional e elas passam a assumir o lugar central no contexto familiar.
Com este movimento surge, então, um novo modelo familiar, a criança passa a frequentar a escola e a permanecer em seus lares. Com isso, a sociedade influencia de forma menos direta a família e esta desenvolve seu espaço reservado de intimidade e de identidade de seus componentes.
No trabalho de Roudinesco (2003) a história da família pode ser dividida em três períodos: tradicional, moderno e contemporâneo ou pós-moderno. Vejamos em detalhes esses três períodos do desenvolvimento familiar, segundo a autora.
Roudinesco (2003, p.18) afirma que, no período tradicional,

Os casamentos são então arranjados entre os pais sem que a vida sexual e afetiva dos futuros esposos, em geral unidos em idade precoce, seja levada em conta. [...] A célula familiar é [...] inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal.

Neste período, os pais eram senhores das famílias, eram os que reinavam e decidiam

sobre os castigos que infligiam aos filhos.
O período moderno ocorre, segundo Roudinesco (2003), entre o final do século XVIII e meados do século XX. A fase moderna é dirigida por um espírito mais afetivo e romântico. O casal busca a satisfação amorosa e sentimental, sem a interferência dos pais na escolha conjugal. É nesse período que se desenvolve o fenômeno da feminilização da sociedade. A autoridade paterna, que anteriormente se dava pelas vias até do autoritarismo, começa a perder espaço, o pai perde também o status de único responsável pela formação psíquica e carnal e a mãe assume as responsabilidades desta tarefa.
A união conjugal ganha uma compreensão menos religiosa, sendo vista mais como um acordo consensual entre o casal, cuja duração estava associada à duração do amor. Estes fatores antecederam a instituição do divórcio.
Por fim surge, o período pós-moderno:

A partir dos anos 1960, impõe-se a família dita "contemporânea ou pós-moderna" que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual. A transmissão da autoridade vai se tornando cada vez mais problemática à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam (ROUDINESCO, 2003, p.19).

Com o passar dos tempos, a família nuclear moderna transforma-se em família pós-moderna, cuja principal característica é não ter mais um modelo definido ou um padrão único.
Segundo Gervoni (2009), as principais características da família pós-moderna são: relações sexuais pré-conjugais (relações sexuais antes do casamento); maior índice de gravidez na adolescência; aumento de divórcios e das uniões sucessivas; redução do número de filhos; diminuição da importância das tradições familiares; aumento da individualidade dos componentes do núcleo familiar; dificuldade na definição dos papéis familiares; a mulher no mercado de trabalho e a menor importância para os trabalhos do lar; menor nível de comunicação entre cônjuges, entre pais e filhos e entre irmãos; crianças com maior capacidade de argumentação. A família pós-moderna é pressionada pelas influências do mercado de trabalho, da cultura consumista, dos sistemas da saúde e da educação. Sofre as ações da mídia em seus múltiplos meios e do mundo globalizado.
A família atual vive um momento especial no que chamamos de pós-modernidade. Embora as transformações nos modelos familiares sejam constantes e aconteçam gradativamente através dos séculos, as duas últimas décadas aceleraram ainda mais as mudanças. Hábitos, valores e opiniões sofreram acentuadas alterações nos últimos vinte anos.

A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO
Schwartzman (1999) afirma que na cultura grega, os indivíduos com deficiências não eram tolerados, pois a filosofia grega justificava tais atos contra os deficientes dizendo que estas criaturas não eram humanas, mas um tipo de monstro pertencente a outras espécies. (...) "Na Idade Média, os portadores de deficiência foram considerados como produto da união entre uma mulher e o Demônio". (SCHWARTZMAN, 1999, p. 3-4).
O autor conceitua a verdadeira justificativa à deficiência mental dizendo que:

O conceito de deficiência mental apoia-se, basicamente, em três ideias que tem sido utilizadas para definir este termo. É essencial examiná-las do ponto de vista interativo. A primeira diz respeito ao binômio de desenvolvimento-aprendizagem (...) A segunda ideia se refere aos fatores biológicos (...) A última tem a ver com o ambiente físico e social (...). (SCHWARTZMAN, 1999, p. 243).

Para (Crawley e Spiker apud LAKATOS e MARCINI 1983) a qualidade da estimulação no lar e a interação dos pais com a criança se associam ao desenvolvimento e aprendizagem de crianças com deficiência mental. Eles explicam que a família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar do programa educacional, promovendo desta forma uma interação maior com a criança, deixa claro também que é fundamental que a família incentive a prática de tudo o que a criança assimila.
Brown apud VAYER e RONCIN. 1989 confirmam o que os autores acima afirmam dizen-

do que as habilidades de autonomia pessoal e social proporcionam melhor qualidade de vida, pois favorecem a relação, a independência, interação, satisfação pessoal e atitudes positivas.
Segundo Ramos (1985 apud ALMEIDA,2004, p.85) é preciso esclarecer que muitos pais ainda não sabem distinguir que há diferenças entre o aceitar e o assumir o filho(a) portador de necessidades especiais e explica que aceitar implica em que a pessoa que aceita não se sinta mais infeliz, diminuída ou diferente e assumir implica que a pessoa tome providências, inclusive participando delas, a fim de que aquilo que for necessário fazer para abordar o problema da criança seja feito.
Enfim Rosa (2008) afirma que os primeiros anos de vida são muito importantes para que a criança possa satisfazer suas necessidades de afeto e aceitação, assim como de realização e autoestima, por serem decisivos na determinação dos ajustamentos posteriores. Desse modo fica claro que essa necessidade básica para todos os indivíduos se torna mais forte tratando-se de uma criança que apresente qualquer deficiência, a fim de torná-la mais segura e confiante para estabelecer relação com o mundo. A autora coloca ainda que a escola e a família devem trabalhar juntas, para que, numa troca mútua, possam oferecer a adequação das atividades necessárias ao desenvolvimento da criança.
Assim entendemos que é fundamental o aconselhamento à família, que deve considerar, sobretudo a natureza da informação e a maneira como a pessoa é informada, com o propósito de orientá-la quanto à natureza intelectual, emocional e comportamental. Os pais e familiares do portador de necessidades especiais necessitam de informações sobre a natureza e extensão da excepcionalidade, quanto aos recursos e serviços existentes para a assistência, tratamento e educação, e quanto ao futuro que se reserva ao portador de necessidades especiais. No entanto, a informação puramente intelectual, é notoriamente insuficiente, pois o sentimento das pessoas tem mais peso que os seus intelectos. Portanto, auxiliar os familiares requer prestar informações adequadas que permitam aliviar a ansiedade e diminuir as dúvidas. Assim os conselhos devem se preocupar com os temores e ansiedades, sentimento de culpa e vergonha, dos familiares e deficientes. Devem reduzir a vulnerabilidade emocional e as tensões sofridas, aumentando a capacidade de tolerância. O objetivo principal é ajudar os pais e familiares a lidarem mais adequadamente com os problemas decorrentes das deficiências e no aconselhamento alguns pontos são importantes: ouvir as dúvidas e questionamentos, utilizar termos mais fáceis e que facilitem a compreensão, promover maior aceitação do problema, aconselhar a família inteira, trabalhar os sentimentos e atitudes, e facilitar a interação social. A família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar do programa educacional de inclusão, promovendo desta forma uma interação maior com a criança. Também é fundamental que a mesma incentive a prática de tudo que a criança assimila. (SILVA, 2002).

"A qualidade da estimulação no lar e a interação dos pais com a criança se associam ao desenvolvimento e aprendizagem de crianças com deficiência mental" (CRAWLEY, SPIKER, 1983).

Outra coisa importante que Silva (2002) coloca é que, a superproteção dos pais em relação à criança pode influenciar de forma negativa no processo de desenvolvimento e normalmente estes concentram suas atenções nas deficiências da criança de modo que os fracassos recebam mais atenção que os sucessos, e a criança fica limitada nas possibilidades que promovem a independência e a interação social.

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial é uma modalidade de ensino destinada às pessoas portadoras de deficiência, de condutas típicas e de altas habilidades, considerada pela Constituição Brasileira parte inseparável do direito à educação. (ROSA, 2008, p.101).
Rosa (2008) explica ainda que é conceituada como processo de desenvolvimento global das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou de altas habilidades, abrangendo os diferentes níveis e graus do sistema de ensino, ou seja,

fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos, compatíveis com as necessidades do seu alunado.
De acordo com a política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994b), "são considerados alunos portadores de necessidades educativas especiais àqueles que, por apresentarem necessidades próprias e diferentes dos demais alunos, requerem recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas".

Segundo descreve Ferreira, na obra mini Aurélio, o termo deficiência significa falta, carência ou insuficiência, assim podemos entender por deficiência mental a insuficiência das funções neurológicas. O cérebro da criança não atingiu seu pleno desenvolvimento e assim todas as suas funções ficam alteradas.

O conceito de deficiência mental apoia-se, basicamente em três ideias que têm sido utilizadas para definir este termo. É essencial examiná-las do ponto de vista interativo. A primeira diz respeito ao binômio de desenvolvimento-aprendizagem (...) A segunda ideia se refere aos fatores biológicos (...) A última tem a ver com o ambiente físico e social (...) (SCHWARTZMAN, 1999, p. 243).

Estes três conceitos a que o autor se refere podem ser explicados como bases das atividades mentais, pois conforme Silva (2002) o cérebro da criança recém-nascida possui capacidades de aprendizagem, no entanto, estas serão desenvolvidas através da internalização de estímulos oferecidos na aprendizagem e está intimamente associada aos fatores biológicos, como integridade orgânica e ainda sofre influências diretas dos fatores ambientais e sociais.
Piaget (1992, p.11) em concordância com Schwartzman (1999) afirma que, os indivíduos nascem apenas com potencialidades (capacidade inata) a capacidades de aprender. Assim, todo conhecimento e todo o desenvolvimento da criança depende de exposição ao meio e dos estímulos advindos deste. Para Jean Piaget, a base do conhecimento é a transferência e assimilação de "estruturas", ou seja, um conhecimento, um estímulo do meio é encarado como uma estrutura que será "assimilada" pelo indivíduo através de sua capacidade de aprender. Considerando a grande influência do ambiente e a competência da criança para as atividades cognitivas, para estimularmos, uma criança, temos que torná-la mais competente e independente para resolver as exigências que a vida quer em seu contexto cultural e social.
A pessoa com necessidades especiais, possui dificuldade de aprendizagem e grande maioria dos casos são dificuldades generalizadas, que afetam todas as capacidades: linguagem, autonomia, motricidade e integração social, estas podem se manifestar em maior ou menor grau.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
A Educação Especial é prevista na Constituição Federal, pois, é dever do Estado com a Educação a garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (art. 208, caput, III, CF).
A política nacional de educação especial consiste de objetivos gerais e específicos necessários a portadores de deficiências, que fundamentam e orientam o processo de educação especial, visando garantir o atendimento educacional ao aluno portador de necessidades especiais.
Os objetivos formulados pela política de educação especial são:
Promover a interação social;
Desenvolver práticas de educação física, atividades físicas e sociais;
Promover direito de escolha;
Desenvolver habilidades linguísticas;
Incentivar autonomia e possibilitar o desenvolvimento social, cultural, artístico e profissional, das crianças especiais.
Silva (2002) salienta que, para assegurar a educação especializada algumas medidas devem ser tomadas, como: aumento da oferta de serviços de educação especial com equipamentos, equipe qualificada, material didático especializado e espaço físico adequado às necessidades especiais dos deficientes, bem como criação de programas de preparo para o trabalho, estímulo a aprendizagem informal e orientação à família. No entanto, a falta de atendimento especial principalmente em pré-escolas, carência de

recursos e oportunidades, vem dificultando o acesso de muitas crianças especiais ao ensino especializado.
A autora enfatiza ainda que, o professor especializado deve valorizar as reações afetivas de seus alunos e estar atento a seu comportamento global, para solicitar recursos mais sofisticados como a revisão médica ou psicológica. E outro fator de estrema importância na educação especial é o fato de que o professor deve considerar o aluno como uma pessoa inteligente, que têm vontades e afetividades e estas devem ser respeitadas, pois o aluno não é somente um ser que aprende.
A educação especial atualmente é prevista por lei e foi um direito adquirido ao longo da conquista dos direitos humanos. A garantia de acesso à educação e permanência da escola requer a prática de uma política de respeito às diferenças individuais.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Segundo Delou (2008), discutir as questões da Educação Especial e da Educação Inclusiva no cenário brasileiro atual é tarefa complexa, mas necessária, tendo em vista as inúmeras vertentes que a temática vem assumindo nos diferentes contextos em que o problema é tratado e até mesmo nos contextos em que não é tratado.
Conforme já mencionado acima por Rosa (2008) a Educação Especial é uma "modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais" (LDB 9.394/96, V, art.58).
Tendo em vista a complexidade da questão, perguntamos quem são os alunos com necessidades educacionais especiais? O parecer 17/2001 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2001), instituiu as diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica e definiu como alunos com necessidades educativas especiais aqueles que apresentam, durante o processo ensino-aprendizagem:

Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: as não vinculadas a uma causa orgânica específica; as relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem dominando rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (CNE/CEB/MEC, Resolução 2/2001, art.5.º).

Sendo assim considera-se alunos com necessidades educacionais especiais aqueles que manifestem comportamentos particulares que impeçam os encaminhamentos rotineiros das práticas pedagógicas em sala de aula, pois é necessário que o professor faça ajustamentos curriculares, sem os quais eles não conseguirão realizar as aprendizagens ao nível de suas capacidades e potencialidades.
Fonseca afirmou que, do ponto de vista teórico, "a idéia fundamental da definição e da classificação em Educação Especial deve ter em consideração que se classificam comportamentos e não crianças" (FONSECA, 1995, p.26).

CONCLUSÃO

A análise dos dados e do referencial teórico evidenciou a importância do conhecimento sobre o aluno e suas especificidades para a aplicação de procedimentos pedagógicos eficazes. Conhecer as necessidades pessoais do aluno, seu comportamento, dificuldades e pontos fortes permite ao professor criar um plano de ensino personalizado, equilibrando o conteúdo acadêmico e a socialização indispensável para o sucesso escolar. Esse sucesso tem impacto significativo na vida adulta do aluno, não apenas em relação ao conteúdo, mas também à desenvoltura nas relações sociais.
Para alcançar esse objetivo, propomos uma abordagem colaborativa entre professores e famílias, que compartilhem informações e experiências para desenvolver um plano de ensino personalizado e eficaz. A família desempenha um papel primordial na aquisição de linguagem oral, especialmente nos primeiros anos de vida, e a estimulação pre-

coce é fundamental para o desenvolvimento normal da criança.
A educação especial inclusiva é determinante no processo de estimulação inicial, e cabe ao professor trabalhar com as crianças, desenvolvendo capacidades para realizar atividades diárias, participar de atividades familiares e exercer seu direito de cidadania. O papel essencial dos professores e familiares é incentivar e trabalhar juntos pela superação dos obstáculos, respeitando o espaço e o modo de ser dos alunos, construindo uma trilha que contribua com a conquista da autonomia de seus alunos.
Para alcançar a inclusão plena, é necessário o comprometimento de todos os atores envolvidos, incluindo alunos, professores, pais e diretores. Isso envolve criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, onde todos se sintam valorizados e respeitados. Com essa abordagem, podemos construir uma educação mais justa e equitativa, que atenda às necessidades de todos os alunos e os prepare para uma vida plena e autônoma.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Projeto inclusão / Caminhos para uma inclusão humana. 1. ed. São Paulo: Didática Paulista, 2004.

BRASIL. MEC. Secretária de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994b.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Básica (Saeb). Brasília: CNE/CBE, 2001.

DELOU, C. M. C. et al. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

FONSECA, V. Educação Especial: programa de estimulação precoce uma introdução às ideias de Fuerstein. Porto Alegre: Artemed, 1995.

GERVONI, N. Desenvolvimento familiar para educadores: Um olhar para as questões familiares no ambiente escolar. São Paulo: Instituto Souza Campos, 2009.

GOODY, J. J. R. O roubo da história. São Paulo: Contexto, 2008.

KRIEGER, M. G. T. Fundamentos teóricos e metodológicos da educação infantil. Canoas: Ulbra/Ibepex, 2008.

LAKATOS, E. M; MARCINI, M. A. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 1983.

PIAGET, J.; VYGOTSKY, L. S.; WALLON. Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo: Summus, 1992.

ROSA, S. P. S. et al. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

ROUDINESCO, E. A família em desordem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, G. L.; CHAVES, A. M. Significados que as crianças atribuem aos seus direitos. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, ago. 2007, vol.17, no.2, p 87-97. ISSN 0104-1282.

SILVA, R. N. A. A Educação Especial da criança com Sindrome de Down. Universidade Veiga de Almeida: Rio de Janeiro, 2002.

SCHWARTZMAN, J. S. Sindrome de Down. São Paulo: Mackenzie, 1999.

VAYER, P; RONCIN, C. Integração da criança deficiente na classe. São Paulo: Manole, 1989.